

HÁ PRAÇAS

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS



Fundada em 24 de Fevereiro de 2000

Defender para servir

MANIFESTAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR



PERIODICIDADE
QUADRIMESTRAL
Nº 3 – Ano 1 – Novembro 2012

DIRECTOR
Raul Manuel Estróia Faleiro

PROPRIEDADE
Associação de Praças

MORADA
Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B,
Ameixoeira 1750-403 Lisboa
GPS: N38°47'9.27"
W9°9'32.22"

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO
Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B,
Ameixoeira 1750-403 Lisboa
Tel.: 217 552 939
Fax: 214 056 487

ÓRGÃOS SOCIAIS
direccao@apracas.pt
geral@apracas.pt
assgeral@apracas.pt
confiscal@apracas.pt

DEPARTAMENTOS E SECÇÕES
congresso@apracas.pt
delegados_marinha@apracas.pt
delegados_exercito@apracas.pt
delegados_faerea@apracas.pt
rel_publicas@apracas.pt
protocolos@apracas.pt
webmaster@apracas.pt
motoapa@apracas.pt

COMISSÕES DE TRABALHO PERMANENTES
fardamento@apracas.pt
vencimentos@apracas.pt
acciao_social@apracas.pt
higiene_seguranca@apracas.pt
carreiras@apracas.pt

ENDEREÇO DA AP NA INTERNET
<http://www.apracas.pt>

E-MAIL DA REVISTA DA AP
revista_hapracas@apracas.pt

DESIGN GRÁFICO
Associação de Praças

IMPRESSÃO
Tipografia da ADFA
Tel. 218822480 / 1 / 2 / 3
Fax: 218822486
Email: tipografia.adfa@sapo.pt

NIF
nº 504 787 756

REGISTO ERC
nº 124981

INPI
nº 470/287

DEPÓSITO LEGAL
nº 247668/06

TIRAGEM
2000 Exemplares

Nota: Os artigos publicados e assinados são responsabilidade dos autores e podem não traduzir as posições da AP.

Bilhete de Identidade Militar



O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 399-A/77, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 159/80, de 26 de maio, e n.º 14/86, de 3 de fevereiro, estabeleceu, pela primeira vez, a equiparação entre o bilhete de identidade civil e o bilhete de identidade militar, para todos os efeitos legais. Este diploma estabelece o uso obrigatório do bilhete de identidade militar, estando a sua renovação condicionada a ocorrências determinadas, como a promoção ou mudança de situação que não implique perda da condição militar dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e, nestes casos, está dependente da entrega do bilhete de identidade caducado.

O Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, que aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), veio reforçar e incorporar no seu estatuto a opção política pela equiparação do bilhete de identidade militar ao bilhete de identidade civil, ao determinar no artigo 112.º que:

“Aos militares dos QP é atribuído um Bilhete de Identidade Militar que substitui, para todos os efeitos legais, em território nacional, o Bilhete de Identidade Civil”.

Contudo tem-se verificado situações de não aceitação para emissão do Cartão de Cidadão, Passaporte, Notários, etc., do Bilhete de Identidade Militar, nomeadamente a sua validade como documento de identificação.

Nesse sentido trazemos aqui o relato de duas situações sobre o pedido de cartão de cidadão. Os presentes autos tiveram origem em duas reclamações, uma no Livro Amarelo e outra enviada em e-mail endereçado ao Setor de Ação Inspeciva e Disciplinar (SAID), ambas manifestando o desacordo dos respetivos signatários sobre a posição assumida por serviços de receção de pedidos de cartão de cidadão (c.c.), que rejeitaram a aceitação do bilhete de identidade (b.i.) militar como documento de identificação: no primeiro caso, para efeitos de aquisição de c.c. e, no segundo, para levantamento de c.c. de uma filha do reclamante, menor de idade. No tocante à primeira reclamação, a recusa da aceitação de bilhete de identidade militar foi justificada com fundamento em que a aplicação informática não reconhece tal documento como meio idóneo para identificar o respetivo portador; na segun-

da, por tal documento ter sido considerado inidóneo para a identificação do titular.

Sobre esta matéria emitiu o SAID dois e-mails subscritos pelo Senhor Vice-Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado: um dirigido ao segundo reclamante apresentando-lhe um pedido de desculpa pois “é entendimento do Setor de Ação Inspeciva e Disciplinar que o bilhete de identidade militar deveria ter sido aceite como documento de identificação de V. Ex.ª para efeitos de levantamento de cartão de cidadão de Vossa filha”; o outro solicitando ao Setor Jurídico e de Contencioso (SJC) “que se pronuncie sobre a admissibilidade jurídica da aceitação do bilhete de identidade militar como meio de identificação do respetivo titular para efeito de processo de cartão de cidadão, nomeadamente no âmbito do art.º 27º da Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro para instrução de pedido de cartão de cidadão sem apresentação de bilhete de identidade anterior ou qualquer outro documento”.

Na sequência, pronunciou-se o SJC emitindo o Parecer (Pº C.C. 72/2011 SJC-CT) que formula as seguintes conclusões:

1. A verificação da identidade do requerente do cartão de cidadão ou de terceiro para efeito de levantamento de c.c. pode ser feita *inter alia* por qualquer documento de identificação idóneo, neste estando incluído o bilhete de identidade militar a que se refere o art.º 112º do Estatuto Militar das Forças Armadas.

2. Embora a aplicação informática do c.c. preveja em primeira linha como documento instrutório unicamente o b.i./c.c., por somente estes permitirem o imediato acesso à base de dados da identificação civil e o retorno dos respetivos elementos de identificação do titular, no caso de não apresentação de tal documento o bilhete de identidade militar é aceite no campo “bilhete de identidade” na sequência do ecrã “Forma Complementar de Identificação”.

Este parecer foi aprovado em sessão do Conselho Técnico de 14 de dezembro de 2011 e foi homologado pelo Presidente do iRn em 21/12/2011.

Fundo de Solidariedade



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Balcão: Rua do Ouro N.º conta: 069763207330

NIB: 0035 0697 00632073300 73

VALOR DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE EM 16 DE NOVEMBRO: 1613,64€



Luís Reis
Presidente da direção

editorial

A luta continua!

Numa sociedade ausente de valores e referências, assistimos à implementação de políticas que nos últimos anos têm conduzido o país à maior crise social, económica e financeira da sua democracia.

Neste momento com base nos últimos Orçamentos de Estado, do incumprimento das Leis, e da Proposta do OE para 2013, o governo, consubstancia o mais brutal ataque às condições de vida dos portugueses, e promove a maior afronta aos direitos dos trabalhadores, da juventude, dos reformados e da população em geral. As medidas preconizadas promovem menos salário, mais desemprego e mais precariedade. Estas medidas conduzem o país a uma recessão profunda, potenciam o destroçar de uma sociedade e promovem a falta de confiança no futuro.

Esta geração, as anteriores e as seguintes, olham para o País e o que veem é uma contínua degradação da situação económica e social. O que veem é um Portugal mais desigual, mais dependente do exterior e menos democrático.

Hoje os militares, cidadãos em uniforme, sentem-se mais desmotivados, inseguros, desconfiados e incrédulos. A Função Militar, para ser exercida no atual modelo de Forças Armadas, necessita de condições



mínimas para que possa atingir o indispensável quadro de qualidade e eficiência por todos desejados. Alterar este quadro no sentido da regressão implica que as medidas aprovadas pelo Governo, promovam a progressiva descaracterização e desarticulação das Forças Armadas e consequentemente a sua operacionalidade no que se refere às missões de interesse público, em suma, a Defesa Nacional.

Os militares quando juraram dar a vida pela Pátria, foi no pressuposto de que tínhamos na nossa retaguarda um Estado que nos assegurava direitos com alguma estabilidade e nos substitua, quando necessário, na assistência e apoio às nossas famílias. Ora é precisamente este quadro, associado inequivocamente à Condição Militar, que o Governo tem vindo a alterar com estas medidas. Por isso:

É Preciso, uma mudança de paradigma em relação a estas políticas que têm conduzido o país à situação calamitosa em que nos encontramos, à beira do abismo e que vão destruir ainda mais a economia e agravar as desigualdades e as dificuldades dos militares e suas famílias e dos demais concidadãos.

É Preciso, que se combata os cortes nos apoios sociais do Estado, de forma a não prejudicar aqueles que deles mais necessitam e que pouco ou nada terão contribuído para se chegar a esta situação.

É Preciso, que se efetue a recuperação da carreira às Praças da Armada do QP, mais de 2000, que por via de uma medida administrativa viram a sua progressão de carreira interrompida bruscamente, e que se crie uma nova carreira, que potencie a motivação, fundamentada em mais dois postos que privilegie a dignidade e o respeito que as Praças merecem e cuja extensão se efetue aos outros ramos equacionando a hipótese de existirem praças dos QP.

É Preciso, assegurar o cumprimento do Regulamento de Incentivos, de modo a minimizar junto deste universo de militares os enormes prejuízos com vista às suas aspirações profissionais, pois não podemos esquecer que compete ao Estado assegurar a inserção ou reinserção destes militares na vida ativa civil.

É Preciso, que a reforma da Saúde Militar ocorra sem omissões, e que perspective um serviço de melhor qualidade a ser prestado aos militares e suas famílias neste domínio de tão grande relevância para o cumprimento da missão militar.

É Preciso, que o Governo reconheça em primeiro lugar o importante papel que os Militares das Forças Armadas desempenham como garante da soberania nacional, e que não coloque os militares como instrumento de combate ao défice assentando a execução orçamental num regime remuneratório que acentua as desigualdades e pior, coloca em causa a unidade e a coesão militar quando propõe no âmbito das Forças Armadas regimes remuneratórios desiguais e esses sim, criadores de distorções.

É Preciso, assegurar o pagamento do Complemento de Pensão aos militares ou respetivos cônjuges sobreviventes, aderentes do Fundo de Pensões dos Militares.

É Preciso, que o governo não incorra na imposição de sacrifícios aos mesmos de sempre, decidindo de forma unilateral, alterações sobre matérias socioprofissionais, sem consultar as estruturas representativas dos militares, regra elementar do Estado de Direito Democrático.

É Preciso, não permitir que uma Nação como a nossa com mais de 900 anos defina, porque uns quantos senhores decidiram fazer de Portugal uma colónia dos interesses da alta finança europeia e mundial visando o empobrecimento do País, sem terem em conta os elementares direitos dos cidadãos, as leis da República e a história desta Nação!

Os militares têm o direito e o dever de invocar o interesse nacional e a legalidade para denunciar, junto da família militar e da população em geral, todos estes ataques à legitimidade democrática e à soberania nacional!

Como força que emana do Povo, os militares estarão sempre do lado daqueles que, de uma forma ou de outra, se sentem prejudicados pela maior ofensiva perpetrada contra os Portugueses.

A Lei fundamental do País diz, no seu preâmbulo, «A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos...».

Portugal não pode ser negociado nem alienado.

DESTAQUES

Acidentes em serviço



PÁGS. 4 e 5

Dia Nacional da Praça das Forças Armadas



PÁGS. 6 a 8

Encontro de Militares



PÁGS. 10 e 11

Proposta O.E. 2013

PÁG. 15

Serviço de fiscalização de praias



PÁGS. 18 e 19



Dr. Francisco Pessoa Leitão
Departamento Jurídico da AP

O direito dos administrados

Dos acidentes ocorridos em serviço

Com o presente tema apenas pretendemos suscitar as questões, que de um modo, de alguma forma prioritário, poderão ser alvo do interesse dos leitores, atendendo a que no exercício das suas funções, os militares são um alvo por demais sensível, nas suas áreas de desempenho, quer nas unidades em terra, quer a bordo de navios ou de aeronaves.

O regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais ocorridos ao serviço da Administração Pública encontra-se estabelecido no Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de Novembro, aplicando-se tal regime à generalidade dos militares. Este diploma acolhe, na generalidade, os princípios consagrados na Lei n.º 100/97 (lei geral), adaptando-os às especificidades da Administração Pública.

No que concerne à tramitação processual, a nível interno, em cada Ramo, existem normas para a organização e tramitação dos processos por acidente em serviço, incidente, acontecimento perigoso ou doença profissional.

Assim, sempre que ocorra um acidente ou um incidente, o acidentado, por si ou por interposta pessoa, deve participá-lo, por escrito ou verbalmente, no prazo de dois dias úteis, ao seu superior hierárquico, o qual deverá mandar instaurar o respectivo processo de averiguações.

No caso do acidentado ser civil, esta participação deve ser feita mediante impresso próprio constante do Anexo I e Anexo II ao citado Dec-Lei 503/99. No caso da participação efectuada de forma verbal, o serviço, a que o militar pertence, deverá reduzi-la a escrito.

Não tendo sido instaurado processo à data da ocorrência, poderá o acidentado, ou os seus herdeiros legais, dirigir(em) requerimento ao Chefe do Estado Maior respectivo, ou ao Director do Serviço que tiver competência delegada para aquele feito – normalmente o Director do Pessoal –, para que defira o pedido e assim se instaure o adequado processo de averiguações.

Tal situação poderá ser suscitada pelos cidadãos que, tendo sido militares, tenham passado à reserva de disponibilidade, e verifiquem que padecem de doença adquirida por via de acidente ocorrido no exercício de funções militares – mas do qual não foi instaurado qualquer processo de averiguações.

O requerimento para abertura de processo administrativo por acidente ocorrido em serviço deve conter a **identificação do requerente**, enquanto militar, indicando o **número de identificação militar**, a sua **residência**, a **exposição dos factos sujeitos a averiguação**, o pedido – i.é., que o acidente seja considerado como ocorrido em serviço e no desempenho do mesmo –, **indicando-se testemunhas** que tenham presenciado os factos ou que, de qualquer outro modo, possam colaborar com o oficial averiguador/instrutor, e no final do requerimento **apõe a sua assinatura**. Do processo deverão constar os seguintes elementos: nota de assentamentos, nota de assentamentos clínicos ou livrete de saúde.

Quanto aos prazos para início do processo de averiguações, deverá, o comando da unidade, direcção ou chefia, mandar instaurar o competente processo, no prazo máximo de um dia útil, a contar da data da participação ou do conhecimento do acidente, ou da entrada do requerimento na unidade ou organismo competente, salvo manifesta impossibilidade, caso em que tal atribuição recairá no organismo hierarquicamente superior.

Instaurado o processo, deverá o mesmo estar concluído no prazo de 30 dias a contar da data da notificação ao oficial instrutor do despacho que o nomeia. No entanto, a título excepcional, e em casos devidamente fundamentados, este prazo poderá ser prorrogado pelo período de tempo que estritamente se demonstrar necessário.

Efectuados os actos instrutórios, e concluído o processo de averiguações, a unidade a que o acidentado pertencia, ao momento do acidente, envia o processo para os competentes serviços a fim de ser emitido parecer quan-

to à qualificação do acidente. Tal parecer terá de ser devidamente homologado, através de despacho.

Nessa sequência, o despacho que qualificar o acidente como ocorrido em serviço e por motivo de seu desempenho, é remetido, com o processo, à Junta Médica respectiva, caso tenha sido proposto um grau de incapacidade, devendo o acidentado ser presente à citada Junta Médica para eventual atribuição do grau de incapacidade e para apreciação da sua aptidão para o serviço.

Todo o processado é remetido à Direcção do Pessoal competente, a qual notificará o acidentado do conteúdo do despacho conclusivo e da decisão da Junta Médica.

Caso o acidentado discorde da opinião da Junta Médica, poderá requerer ao CEM respectivo, no prazo de 15 dias, a sua submissão à Junta Médica de Revisão, mediante requerimento fundamentado em relatório médico. Aquele prazo conta-se a partir da notificação da decisão da Junta Médica ao interessado, ou da publicação em Ordem de Serviço, conforme os casos.

Existe a garantia, para o futuro, em o acidentado requerer a reabertura ou a revisão do processo por acidente ou doença em ocorrida em serviço, tendo por base o seguinte:

- Provas supervenientes;
- Fundamento no aparecimento de doença após o período de cura (recidiva), com agravamento ou recaída da lesão ou doença que haja sido considerada clinicamente curada, desde que ocorrida no prazo de 10 anos a contar da alta, salvo se se tratar de uma doença de carácter evolutivo.

Caso o requerente invoque agravamento do seu estado de saúde, deverá juntar ao seu requerimento um relatório médico que ateste tal situação.

Em regra, o pedido de revisão pode ser apresentado a todo o tempo.

Caso o requerente seja deficiente das Forças Armadas, a possibilidade de apresentar tal pedido encontra-se limitado temporalmente pelo disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Dec. Lei n.º 43/76, com a redacção dada pelo Dec. Lei n.º 224/90, de 10 de Julho.

Auferindo o requerente de pensão processada pela CGA, a utilidade deste pedido encontra-se condicionada pelo estatuído no artigo 40.º do Dec. Lei n.º 503/99 de 20 de Novembro.

Aqui chegados convém esclarecer determinados conceitos que nos possam ajudar a compreender as situações aplicadas ao caso concreto, isto é, porque razão um acidente é considerado ocorrido em serviço e outro não.

Para os **acidentes em serviços** usam-se várias designações para os nomear, em especial, acidentes de percurso, de trajecto e *in itinere*.

O **acidente em serviço** é todo o que ocorre nas circunstâncias em que se verifica o acidente de trabalho, nos termos do regime geral, incluindo o ocorrido no trajecto de ida e regresso para e do local de trabalho (n.º 1 do artigo 7.º do Dec. Lei n.º 503/99).

A noção de acidentes *in itinere* traduz uma extensão do conceito indeterminado de acidente de trabalho; e utiliza-se pelo seu rigor, por ter um sentido preciso que não se confunde com a mera descrição do caminho, por ser dominante na literatura jurídica portuguesa e de algumas ordens jurídicas próximas, sendo pressupostos dos acidentes *in itinere* na Lei vigente, n.º 100/97, a sua ocorrência:

- no trajecto normalmente utilizado;
- durante o período de tempo ininterrupto habitualmente gasto pelo trabalhador

Incidente é todo o evento que afecta determinado trabalhador, no decurso do trabalho ou com ele relacionado, de que não resultem lesões corporais diagnosticadas de imediato, ou em que estas só necessitem de primeiros socorros (alínea e) do artigo 3.º do Dec. Lei n.º 503/99).

Acontecimento perigoso é todo o evento que, sendo facilmente reconhecido, possa constituir risco de acidente ou de doença para os trabalhadores, no decurso do trabalho, ou para a população em geral (alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º do Dec. Lei n.º 503/99).

Doença profissional é a lesão corporal, perturbação funcional ou doença que seja consequência necessária e directa da actividade exercida pelo trabalhador e não represente normal desgaste do organismo (alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º do Dec. Lei n.º 503/99).

O acidente em serviço ou de trabalho consiste num evento externo, súbito e violento, ocorrido no local e no tempo de trabalho, que produz, directa ou indirectamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença, de que resulte a morte ou redução da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado.

O acidente em serviço não se confunde com doença profissional, na medida em que esta deriva de um processo de formação lenta e progressiva, surgindo normalmente de modo imperceptível. Quer dizer, que para que se trate de uma doença profissional, o trabalho tem de ter no seu aparecimento, um papel determinante, sem o qual não haveria doença.

Entende-se por local de trabalho o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja, directa ou indirectamente, sujeito ao controlo do seu superior hierárquico.

Contudo, nem todo o sinistro verificado no local de trabalho é acidente em serviço; pois, além de se relacionar com o tempo de trabalho, torna-se necessária a existência de uma causa adequada entre o acidente e o trabalho.

Entende-se por tempo de trabalho, além do período normal de laboração, o que preceder o seu início, em actos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em actos também com eles relacionados.

Contudo, a Lei estendeu este conceito a um conjunto de outras situações, considerando também acidente em serviço o infortúnio ocorrido no trajecto normalmente utilizado e durante o período de tempo ininterrupto habitualmente gasto pelo trabalhador:

- a) Entre a sua residência habitual ou ocasional (por exemplo, de fim de semana) desde a porta de acesso para as áreas comuns do edifício ou para a via pública, até às instalações que constituem o seu local de trabalho;
- b) Entre qualquer dos locais referidos na alínea precedente:
 - E o local do pagamento da retribuição, enquanto o trabalhador aí permanecer para esse efeito;
 - E o local onde ao trabalhador deva ser prestada qualquer forma de assistência ou tratamento por virtude de acidente anterior e enquanto aí permanecer para esse fim.
 - Entre o local de trabalho e o local da refeição;
 - Entre o local onde, por determinação superior, presta qualquer serviço relacionado com o seu trabalho e as instalações que constituem o seu local de trabalho habitual.

Não deixa de se considerar acidente em serviço o que ocorrer quando o trajecto normal tenha sofrido interrupções ou desvios determinados pela satisfação de necessidades atendíveis do trabalhador, ou por motivo de força maior ou caso fortuito.

Em sentido contrário a toda a nossa explanação, temos a referir que não se considera acidente em serviço:

- a) Aquele que for dolosamente provocado pelo sinistrado ou provier de seu acto ou omissão, que importe violação, sem causa justificativa, as condições de segurança superior e legitimamente estabelecidas;
- b) Aquele que provier exclusivamente de negligência grosseira do sinistrado;
- c) Aquele que resultar da injustificada recusa ou falta de observância das prescrições médicas ou cirúrgicas, na medida em que resulte de tal comportamento;
- d) Aquele que resultar da privação permanente ou acidental do uso da razão do sinistrado, nos termos da lei civil, salvo se tal privação derivar da própria prestação do serviço, for independente da vontade do sinistrado ou se a entidade de que depende, conhecendo o estado do sinistrado, consentir na prestação do serviço;
- e) Aquele que provier de caso de força maior.

Só se considera caso de força maior o que, sendo devido a forças inevitáveis da natureza, independentes de intervenção humana, não constitua risco criado pelas condições de trabalho nem se produza ao executar serviço expressamente ordenado pela entidade de que depende em condições de perigo evidente.

A descaracterização do acidente não dispensa o superior hierárquico da prestação dos primeiros socorros aos trabalhadores e do seu transporte ao local onde

possam ser clinicamente socorridos. A omissão de qualquer destes deveres faz incorrer o superior hierárquico em responsabilidade civil

A lesão constatada no local e no tempo de trabalho ou em acidente "*in itinere*" presume-se, até prova em contrário, consequência do acidente (n.º 2 do artigo 7.º do Dec.-Lei n.º 503/99). Não se trata de uma presunção da existência do acidente, mas antes uma presunção de que existe nexo causal entre o acidente e a lesão ocorrida, pelo que é sempre necessária a produção de prova sobre o modo como o acidente ocorreu, por forma a permitir a sua qualificação.

Se a lesão não tiver manifestação imediatamente a seguir ao acidente, ou não for constatada no local ou no tempo de trabalho, cabe ao sinistrado ou aos seus beneficiários legais provar que foi consequência dele.

Com alguma frequência, os danos derivados de acidente de trabalho podem agravar-se com o decorrer do tempo e mesmo lesões que se consideram curadas podem, entretanto, reaparecer. Neste caso, em sede de **revisão de processo**, é necessário demonstrar a existência de um nexo causal entre o acidente e o reaparecimento ou o agravamento do dano, pelo que, em sede de processo de averiguações, aquando da avaliação das consequências do acidente, importa verificar se há a probabilidade de a lesão causada pelo acidente em questão voltar a reaparecer ou agravar-se.

Após a qualificação de um dado acidente como tendo sido em serviço, o acidentado tem direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos dele resultantes.

O direito à reparação em espécie compreende, nomeadamente:

- a) Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma;
- b) O transporte e estadia, designadamente para observação, tratamento, comparecimento a juntas médicas ou actos judiciais;
- c) A readaptação, reclassificação e reconversão profissional.

O direito à reparação em dinheiro compreende:

- a) Remuneração durante o período de incapacidade temporária;
- b) Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente;
- c) Subsídio por assistência de terceira pessoa;
- d) Subsídio para readaptação de habitação;
- e) Subsídio por situação de elevada incapacidade permanente;
- f) Despesas de funeral e subsídio por morte;
- g) Pensão aos familiares, no caso de morte do acidentado.

As Forças Armadas são responsáveis pelos encargos emergentes dos acidentes ocorridos em serviço, sofridos pelo seu pessoal.

Contudo, nos casos em que se verifique incapacidade permanente ou morte do acidentado, compete à Caixa Geral de Aposentações a avaliação e reparação, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º, n.º 1 do artigo 55.º e artigos 34.º a 43.º do Dec. Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro.

Não se tratando de uma situação qualificável como acidente em serviço, ao serviço ou unidade apenas compete assegurar a prestação dos primeiros socorros ao acidentado.

As despesas com saúde resultantes de acidentes em serviço não são abrangidas pelo esquema de benefícios concedidos pela ADSE ou pela ADM, consoante se trate de civis ou militares.

As despesas com acidentes em serviço, que tenham sido eventualmente suportadas pelo acidentado ou por outras entidades, são objecto de reembolso, devendo o interessado juntar ao processo, os respectivos comprovativos das despesas efectuadas.

Por este motivo, estas despesas não devem ser incluídas pelo acidentado aquando do preenchimento da respectiva declaração de IRS.

Bibliografia:

Sérgio Silva de Almeida, Juiz de Direito, in Reflexões sobre a noção de acidente *in itinere*, Estudos Jurídicos, Boletim da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, pags 155 e ss.

Carlos Alegre, in Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais – Regime Jurídico anotado, Almedina, 2001

Pedro Romano Martínez, in Direito do Trabalho, II Volume, 3.ª Ed., Lisboa 1999, pág. 204 e ss.

DIA NACIONAL DA PRAÇA

reportagem



Mais um ano, mais uma comemoração. Celebrámos o nosso dia: o “Dia Nacional da Praça das Forças Armadas”. Reforçamos os laços de solidariedade, coesão e acima de tudo de afirmação e exaltação da classe. No dia 8 de Setembro de 2012, comemoramos também o 76º Aniversário “A Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936” junto ao Monumento ao Marinheiro Insubmisso no Centro Cívico do Feijó.

Este ano a AP – Associação de Praças e o CPA – Clube de Praças da Armada, decidiram estender o convite ao Exmo. Dr. Bernardo Colaço – Juiz Conselheiro do STJ – Jubilado, para presidir à cerimónia como convidado de honra.

As comemorações iniciaram-se com a II Prova de Atletismo, no dia 2 de setembro, na Base Naval de Lisboa, com partida e chegada ao CEFA – Centro de Educação física da Armada e contou com a presença de 150 atletas que participaram individualmente e em representação de clubes congéneres. No dia 5 de setembro desenrolou-se pela primeira vez o 1º Torneio de Futebol de 7, no relvado do CEFA, com a presença das equipas do CEFA, Base de Fuzileiros, Escola Prática de Artilharia e Regimento de Artilharia Anti-Aérea nº 1, pena que a Força Aérea não tivesse participado. Na manhã do dia 8 decorreu o 2º concurso de pesca – Dia da Praça, que decorreu no Cais do Ginjal, em Cacilhas. Claro está, o convívio foi o mais importante, parabéns a todos os participantes e já agora aos vencedores.

No dia 8 de setembro agradeceram-nos com a sua presença os representantes dos Grupos Parlamentares do PS e PCP, representantes das Chefias Militares, CEMA, CEMFA e CEME, representante da DGPRM, representantes do poder autárquico CMA, JF Feijó e JF Cova da Piedade, representantes das organizações e associações: CPCCRD, CGTP, LC, ADFA, ASMIR, ANS, AOFA, ASPP, ANMM, URAP, APVG, Conquistas da Revolução, CSA, COMIL, Associação Cultural e Recreativa dos Marinheiros de Estremoz, CRF, Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite e do Clube Campismo de Almada. Contou ainda com a presença do Comendador da Ordem da Liberdade e último sobrevivente dos acontecimentos do dia 8 de Setembro de 1936, José Barata.

A cerimónia iniciou-se como içar da Bandeira Nacional ao som da Marcha da Continência. Içaram-se ainda as bandeiras da CMA, CPA e AP. Estava aberta a Cerimónia da comemoração Nacional do Dia da Praça das Forças Armadas.

No decorrer da cerimónia pudemos ouvir alocações por parte do Presidente da AP, Luís Reis e do Exmo. Dr. Bernardo Colaço – Juiz Conse-

heiro do STJ – Jubilado. Da primeira intervenção destacamos algumas palavras:

“Hoje ao comemorarmos o Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, por razões óbvias, homenageamos também as gerações de praças do passado, mas também do presente que serviram e servem o país nas Forças Armadas, com elevado mérito, abnegação, coragem e profissionalismo.

Para muitos com a perda da própria vida ou ainda os que ficaram com sequelas físicas e psicológicas que os acompanham até ao fim das suas vidas.

Contudo e face ao grande desempenho e relevo de grande preponderância que detêm na estrutura das Forças Armadas, as Praças, vêem-se confrontadas precisamente com a falta da melhoria das condições de serviço, a ausência de dignificação, respeito, reconhecimento e valorização profissional.

E visível que os problemas que nos afetam presentemente são sérios, e que tal como outros que se avolumam e que se nos afiguram aos vários níveis das Forças Armadas, são desmotivadores para os profissionais que um dia decidiram entregar-se de corpo e alma à carreira militar.

Assistimos à degradação do Estatuto da Condição Militar, configurando um desrespeito continuado pela Lei nº 11/89, e que no seu artigo 2.º desta Lei destaca-se, com clareza e de forma irrecusável, que é impossível tornar igual, o que é manifestamente desigual, como alguns vêm defendendo.

Embora as restrições e deveres se mantivessem sem alterações os supostos “especiais direitos” ou foram substancialmente reduzidos ou desapareceram, sendo nivelados pelos de profissões muito menos exigentes, nomeadamente em termos de restrições e deveres.

Começando na alteração da mudança do sistema do Serviço Militar Obrigatório pelo regime profissionalizante, fruto essencialmente do incumprimento e das alterações do Regime de Incentivos, que visou reduzir alguns dos benefícios, que funcionavam, substituindo-os por outros que não funcionam, retirando-lhes substrato em termos de apoio financeiro à integração social após a vida militar, prejudicando inclusive os militares que já se encontravam a cumprir contrato de trabalho.



DAS FORÇAS ARMADAS



Estes atos entre outros são o reflexo do autismo e da inércia da tutela militar face às Associações e às preocupações manifestadas pelos militares em sede própria e do próprio Ministério da Defesa Nacional não ter assegurado às Associações, dentro do quadro geral das instituições e dos valores democráticos, a oportunidade e a possibilidade de participação ativa e de exercício de função na sua plenitude, tendo estas já dado anteriormente provas dessa capacidade nomeadamente apresentando estudos e propostas sobre as condições de higiene e segurança no trabalho, a promoção da saúde dos militares e seus familiares, carreiras e sistema retributivo, enfim, na proteção dos interesses económicos, sociais e profissionais dos militares, os normais pressupostos direitos profissionais e sociais como para os demais cidadãos."



Seguiu-se a intervenção do Exmo. Dr. Bernardo Colaço – Juiz Conselheiro do STJ – Jubilado, que proferiu:

"Quero agradecer a solicitação que me foi dirigida para presidir à solenidade da Comemoração Nacional do 76º Aniversário da "Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936". Este convite é - me duplamente honroso. Primeiro, por dimanar de duas prestigiadas organizações representativas militares – a Associação de Praças e o Clube de Praças de Armada; segundo, por se celebrar, um dos mais sublimes atos da gesta militar na defesa da dignidade do militar português.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Comemora-se hoje a Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936. Setenta e Seis (76) anos são passados sobre o acontecimento. Comemorar é não só lembrar algo que nos é grato e querido. Comemorar é também tornar a memória do passado atual. Se a atualidade não for de molde a suscitar esse sentimento, então a comemoração não tem razão de existir. Comemora-se um acontecimento, porque dele necessitamos, do seu significado, daquilo que ele representa para a nossa existência.

Dr. Bernardo Colaço
Juiz Conselheiro do STJ
– Jubilado

Ao manifestar ativamente o seu apoio aos camaradas, nas circunstâncias, no modo e no momento histórico em que o fizeram, os marinheiros – e nesta palavra englobo todos quantos se envolveram neste gesto – demonstraram estar imbuídos de uma ética militar, com a mesma força com que um soldado, no teatro de guerra não abandona um camarada ferido. Na verdade a solidariedade não é apenas uma faceta da condição humana; é também profissionalmente uma virtude militar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No mundo de hoje, onde existem coisas tão belas, se gastam milhares de milhões em empreendimentos de mais diversa natureza para o bem estar do homem e da humanidade e se descobriu o "boson de Higgs" t.c.p. partícula de Deus, é angustiante constatar que o mundo se vai dilacerando, com conflitos regionais, como foram os casos de Korea, do Vietnam, do Iraque e Líbia, e se vislumbram no futuro como o de Síria e Irão, as ambições e a intolerância religiosa como no conflito Israel/Palestina, o silencioso processo de ganância dos grupos económico - financeiros, a fome a grassar particularmente pelos países de África e Ásia, muitos deles com governos assentes em corrupção, é caso para se indagar – O que fazer?

Sem entrar em moralismos bacocos ou argumentações ocas ou repetitivas, parece-me que se impõe libertar a sociedade dos constrangimentos que impedem o pleno desenvolvimento da capacidade humana sem distinção, para distinguir o que está certo e o que está errado, estabelecendo o padrão da "performance" dos Governos, para criar e não para destruir. Bom seria que este entendimento pudesse ser equacionado numa dimensão militar e não militarista. Este poderá ser o papel das Forças Armadas para os próximos tempos. Esta foi aliás a mensagem de 8 de Setembro de 1936.

Em 25 de Abril de 1974, o regime ditatorial fascista viabilizado por Salazar foi derrubado por militares, libertados os presos políticos que a "primavera" marcelista ainda mantinha, foi implementada a democracia e aprovada uma Constituição da República tida como a mais democrática da Europa Ocidental.

À distância de 76 anos não se pode dizer, que os marinheiros revoltosos tivessem outro objetivo.



DIA NACIONAL DA PRAÇA DAS FORÇAS ARMADAS



Mas em última instância, o que torna um ato de insubmissão ou de revolta militar explicável?

O Movimento dos Capitães visou sem dúvida restituir a cidadania democrática ao povo português criando condições para uma vida condigna. Aos bravos Praças de 1936 – eternizados no monumento do marinheiro insubmisso – norteava o mesmo propósito, através da solidariedade indelével para com os camaradas expulsos e presos, é o mesmo que dizer pela dignidade do Praça, numa sociedade mais justa.

Exm^{os} Senhores Presidentes da AP e CPA,

Não admira por isso, e representa mesmo um ato de mais elevado simbolismo o propósito da Associação de Praças e do Clube de Praças da Armada, terem escolhido a Revolta dos Marinheiros e a data de 8 de Setembro de 1936 como o Dia Nacional da Praça das Forças Armadas.

Numa altura em que as nossas Forças Armadas se debatem com questões envolvendo o seu Estatuto, o Associativismo Representativo Militar reveste-se de uma importância nevrálgica na busca de adequadas soluções para os problemas.

O Associativismo Profissional, é isso mesmo, uma forma de consciência profissional avançada, a sede que representa, canaliza e defende ativamente os legítimos anseios dos profissionais representados, rumo à sua dignidade, condição fundamental para a dignificação das próprias Forças Armadas de que fazem parte. Neste assumir de testemunho é minha convicção que os objetivos que nortearam os Marinheiros em 1936 continuam em boas mãos. Nesta missão tendes sempre presente que a solidariedade sendo um sentimento, só tem sentido como elemento ativo na defesa da dignidade profissional."

Na sequência da cerimónia procedeu-se à deposição de flores pelas entidades que manifestaram essa intenção. A Fanfarra do Corpo de Fuzileiros executou os toques de Silêncio, Homenagem e Alvorada. A cerimónia protocolar encerrou com hino nacional.

Seguiu-se a foto de grupo e iniciou-se o almoço comemorativo. No final procedeu-se à entrega da lembrança ao Convidado de Honra, assinatura do Livro de Honra e entrega dos prémios desportivos referentes às provas de atletismo, e pesca. Os prémios do futebol de 7 foram entregues durante o almoço de confraternização no dia 5 de setembro.

Na continuidade da comemoração deu-se início ao momento cultural com a apresentação do Livro "Memórias de um Marinheiro" da autoria do CABO José da Nova e da atuação do Grupo de Cantares Diversos do Alentejo de Pinhal de Frades.



A finalizar as comemorações do 76º aniversário da "Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936" – Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, procedeu-se ao corte do Bolo e respetivo brinde de parabéns.

AGRADECIMENTOS:

Câmara Municipal de Almada e Junta de Freguesia do Feijó pelo apoio dado a esta a esta cerimónia.

– Almirante CEMA, pela cedência da Fanfarra do Corpo de Fuzileiros e das equipas da Marinha para o torneio de Futebol de 7. Aos Comandos da Base Naval de Lisboa e CEFA pelas facilidades concedidas para a realização da prova de atletismo e do torneio de futebol de 7.

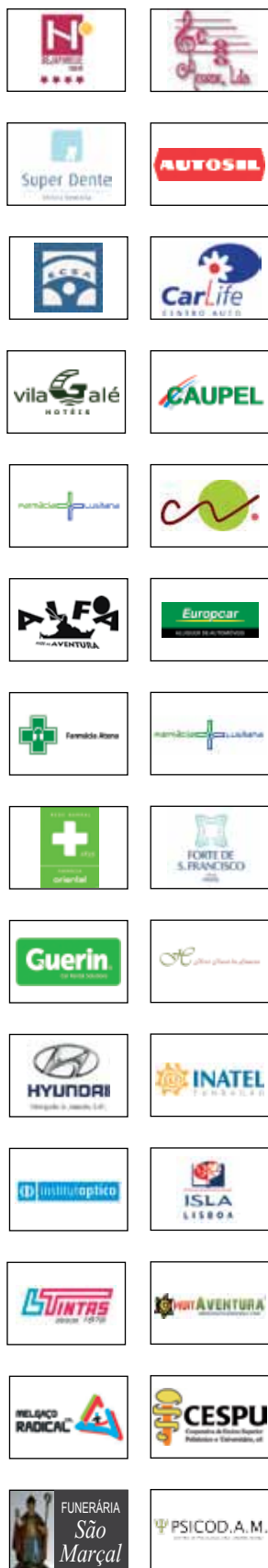
– General CEME pela cedência das equipas de Futebol 7 do exército.

– Aos elementos dos Órgãos Sociais do CPA e AP, assim como a todos os associados e familiares pela coragem e determinação em levar a cabo uma iniciativa com esta grandeza.

– Aos funcionários do Clube de Praças da Armada e da Associação de Praças.



parcerias



Farmácias em Rede

Escolha a mais próxima de si!

- + Farmácia Barral (Lisboa-Baixa)
- + Farmácia Oriental (Lisboa-Expo)
- + Farmácia dos Jerónimos (antiga Bom Sucesso) (Lisboa-Belém)
- + Farmácia Santa Casa da Misericórdia de Canha (Canha)
- + Farmácia Nobre Sobrinho (Alvito)
- + Farmácia Guilherme F. Dias (Portimão)
- + Farmácia Hygia (Monchique)
- + Farmácia Ribeiro Lopes (Lagos)
- + Farmácia Vieira (Arraiolos)
- + Posto Farmacêutico da Igreja (Évora)
- + Farmácia Nova de Moura (Moura)
- + Posto Farmacêutico de Santo Amador (Moura)
- + Farmácia Milfontes (Vila Nova de Mil Fontes)
- + Parafarmácia Colense (Colos, Odemira)
- + Posto Farmacêutico de Bicos (Bicos, Odemira)

Protocolos

A Rede Barral desenvolveu um conjunto de parcerias com diversos organismos de modo a proporcionar aos seus clientes algumas vantagens no acto da aquisição de produtos nas suas farmácias.

Os clientes poderão inteirar-se das condições particulares de cada protocolo solicitando essa informação a um dos colaboradores da Rede Barral.

INFORME-SE NA SUA FARMÁCIA.

LINHAS DE EMERGÊNCIA

- Emergência INEM: 112
- Saúde 24: 808 24 24 24 ou www.saude24.pt
- Intoxicações INEM: 808 250 143
- Saúde Pública: 808 211 311

LINHAS DE APOIO

- Sexualidade em Linha: 808 222 003
- Linha SOS - Deixar de Fumar: 808 208 888
- Linha SIDA: 800 266 666
- Linha SOS Grávida: 800 201 139
- Linha do Medicamento: 800 222 444
- Linha Vida - SOS Droga: 14 14
- Linha Verde de Medicamentos e Gravidez: 800 202 8 44
- Linha SOS SIDA: 800 201 040
- Linha Contra o Cancro: 213 61 95 42
- Abraço: 800 225 115
- APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima: 707 200 077
- Emergência Cruz Vermelha Portuguesa: 219 421 111
- Instituto de Solidariedade e Segurança Social: 144
- Intoxicações e Envenenamentos: 808 250 143
- Linha Cancro: 808 255 255
- SOS Criança: 217 931 617

PSICOD.A.M.

CENTRO DE PSICOLOGIA DRA. ANDREA MONIZ

"NO MELHOR DOS MUNDOS POSSÍVEIS, TUDO O QUE ACONTECE...
ACONTECE SEMPRE PELO MELHOR!" Voltaire

INÍCIO PSICODAM NOTÍCIAS SERVIÇOS EQUIPA TABELA ACORDOS PROJECTOS CONTACTOS

CONSULTÓRIO

Morada
Rua Santos Martins,
108-B r/c, Rana
2785-572 SÃO
DOMINGOS
DE RANA, LISBOA

Email: info@psicodam.com
a.andre.psicodam@gmail.com
Telefone: 214534774 Fax: 214536325
Telemóvel: 936246051 / 919551277
GPS: 38.699632 - 9.351104



Associação
de Praças
30€

Newsletters

- Psicologia Clínica / Psicoterapia
- Grupo de Meditação Cristã - Crianças e Adultos - Grátis
- Avaliação de Condutores - Relatórios para o IMTT
- Programa Supervisão p/ Psicólogos
- Psicoterapia Didática p/ Psicólogos
- Avaliação Psicológica e Neuropsicológica
- Neuropsicologia



Encontro de Militares

Pela soberania nacional, pela condição militar



No passado dia 17 de Outubro, a Associação de Praças, a Associação Nacional de Sargentos e a Associação de Oficiais das Forças Armadas, realizaram um encontro de militares para debater a atual situação da família militar e da população em geral. Compareceram cerca de seiscentos camaradas numa sessão onde se ouviram várias vozes contra o que consideram um ataque à soberania nacional, à violenta ofensiva contra a Constituição da República Portuguesa e suas Leis, bem como se ouviram vozes críticas sobre o estado em que o Povo Português e os Militares, em particular, se encontram perante mais esta ofensiva brutal aos seus vencimentos por via da carga fiscal.

Uma das frases mais repetidas pelos intervenientes foi que os Militares exigem justiça e respeito e que chega de os sucessivos governos afrontarem a condição militar.

E foi também repetido o que define a condição militar que se caracteriza por especiais deveres e bastas restrições no que diz respeito a direitos, liberdades e garantias que estão consagrados aos restan-

tes cidadãos, como a disponibilidade permanente para a defesa da Pátria se necessário com o sacrifício da própria vida, conforme jurámos, ou seja, e como foi referido, está aqui em causa a dádiva do direito supremo à vida em prol do bem comum, coisa que os restantes cidadãos estão dispensados. Portanto, não se pode comparar o que não é comparável.

Outra questão que é de todo premente e que define também de forma clara a “nossa condição” é a permanente disponibilidade para o serviço mesmo com o sacrifício dos nossos interesses pessoais.

Numa das intervenções levadas a cabo no encontro foi referida a questão dos direitos e dos deveres que estão consagrados aos Militares. E tendo como base os escassos direitos que são consagrados aos Militares, foi transmitido que o EMFAR será defendido até nos faltar as forças. Foi também afirmado que os Militares das Forças Armadas não se revêm neste presente e não aceitam que lhes imponham um futuro como aquele que se está a proclamar com estas medidas de austeridade.

Foram estes, entre outros, os temas que suscitaram da parte dos Camaradas presentes no encontro, alguns aplausos e concordância.

Neste encontro foi aprovada por unanimidade e aclamação uma resolução onde diz que as Associações Socioprofissionais de Militares rejeitam qualquer responsabilidade na atual situação do País e onde demonstramos a nossa preocupação por se estar a esbater a soberania Nacional da qual somos o garante máximo.

Além disto, o encontro considerou de uma violenta gravidade o facto de a Constituição da República Portuguesa estar a ser vítima de um desrespeito fora do comum.

Foi também enunciado na resolução aprovada, que as APM's ainda não obtiveram qualquer resposta para questões que de há muito tempo para cá têm vindo a colocar a quem de direito. Primeiramente, como é que o País chegou a esta situação e qual o horizonte temporal da medidas de austeridade cada vez mais gravosas e que estão a ser aplicadas aos mesmos de sempre. E termina-se afirmando convictamente que da parte aos Militares em particular e ao Povo em geral, essa culpa não pode nem deve ser assacada, porque no que diz respeito aos Militares encontramos-nos entre os mais penalizados pelas medidas duríssimas impostas, mas das quais alguns, de forma estranha e iníqua se encontram dispensados. E, acrescenta a resolução por todos aprovada, estes são aqueles que mais contribuíram para o estado atual da Nação!

Nas intervenções efetuadas e na resolução aprovada, não foi esquecido o facto de estarmos perante a crescente menorização da soberania nacional e da inaceitável descaracterização das Forças Armadas

ao arrepio da Constituição que define claramente a sua missão.

Também não foi deixado passar em claro a degradação do estatuto profissional e social dos militares, por muito que se diga que essa degradação é em nome de uma alegada racionalização da Defesa Nacional.

Na resolução, os Militares consideraram que está em curso um violento ataque às condições de vida dos Portugueses, dos Militares e das suas famílias. Fez-se um reparo que em virtude da redução das remunerações e pensões, aliada aos cortes dos subsídios de férias e de Natal, á dificuldade no desenvolvimento das carreiras e ao «brutal» aumento de impostos, já atiraram muitos Camaradas nossos para além do limite da possibilidade de cumprir com os compromissos financeiros assumidos e que, continuando nesta saga de aumento de impostos e diminuição dos vencimentos, mais Camaradas cairão nessa situação.

Foi também afirmado na resolução aprovada por todos os presentes que os Militares não deixarão de manifestar toda a sua solidariedade aos seus concidadãos que, como eles, estão a ser esmagados pelas duríssimas dificuldades do dia-a-dia.

Foi aprovado no encontro que, no próximo dia 10 de novembro pelas 15 horas a família Militar se concentre na Praça do Município para depois desfilar até aos Restauradores em frente do símbolo da independência nacional restabelecida em 1640.

Daqui apelamos a todos os Camaradas que, conjuntamente com a sua família e amigos façamos deste dia uma enorme jornada de luta em defesa da soberania nacional, da Constituição, dos direitos dos Militares e da condição militar.





MANIFESTAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR

No passado dia 10 de novembro, a Família Militar concentrou-se na Praça do Município e desfilou até aos Restauradores, iniciativa que contou com o apoio da Associação de Praças, Associação Nacional de Sargentos e Associação dos Oficiais das Forças Armadas.

Estiveram presentes mais de dez mil Militares.

Os locais de partida e de chegada desta manifestação foram devidamente escolhidos porque perpetuam uma carga que é simbólica para uma Nação com cerca de 900 anos: onde foi implantada a República e onde se restaurou a independência nacional. Estes locais muito dizem aos militares.

A Praça do Município, onde se implantou a República, porque aos Militares está definido que têm como princípio a defesa das leis da República.

A Praça dos Restauradores porque aqui está o monumento de agradecimento aos que permitiram que se restaurasse a independência e a soberania Nacional.

Ambas estão na génese dos valores e princípios da condição militar.

Neste desfile da Família Militar juntaram-se algumas centenas de concidadãos que quiseram demonstrar a sua indignação perante as medidas de austeridade que estão a ser impostas ao Povo Português e demonstrar também a solidariedade e apoio aos Militares que são o garante da soberania nacional.

Como era de prever, o desfile decorreu dentro de todos os parâmetros legalmente consagrados com grande elevação, sem palavras de ordem, num silêncio profundo.

Nos discursos dos presidentes das Associações Profissionais de Militares (APM's), sobressaiu o descontentamento latente nas Forças Armadas Portuguesas em virtude

das diversas medidas de austeridade a que os Militares e os Portugueses estão a ser sujeitos.

Nesses mesmos discursos foi reiteradamente referido que é chegada a hora de os Militares dizerem basta!

“*Sobressaiu o descontentamento latente nas Forças Armadas Portuguesas em virtude das diversas medidas de austeridade a que os Militares e os Portugueses estão a ser sujeitos.*”

Basta de prostar a condição militar!

Basta de menorizar os Homens e Mulheres que abnegadamente servem nas fileiras das Forças Armadas!

Não podemos, como foi referido nas intervenções dos Presidentes das APM's continuar a permitir que os responsáveis governamentais levem a cabo ações que atentam contra os direitos e colocam em causa a dignidade e a condição militar, bem como degradam a situação profissional e pessoal dos Homens e Mulheres que defendem a Nação nas Forças Armadas.

Terá que haver da parte da tutela um esforço suplementar para que não permita que se lance o "Opróbio" na instituição Militar como muitas vezes tem sucedido.

E no discurso do Presidente da AP, foi notório o descontentamento que grassa nas Forças Armadas. Foi dito que o ministro da defesa deve pensar melhor quando diz que as FFAA's estão insustentáveis e dizer de uma vez por todas

→



→

quem é que colocou as FFAA's nesse estado de "insustentabilidade". Foram os Militares senhor ministro? Foi perguntado.

Teremos que fazer um grande trabalho no que diz respeito à luta a levar a cabo no que concerne à clara intenção de intoxicação da opinião pública, no que diz respeito ao que se está a saquear ao Povo Português, como no que diz respeito ao espírito reinante na sociedade civil em relação aos Militares.

Esta jornada de luta que levámos a cabo no passado dia 10 de novembro, não foi o culminar de um cami-

“Basta de minorizar os Homens e Mulheres que abnegadamente servem nas fileiras das Forças Armadas!”

trará aquilo porque andamos a lutar de há muitos anos a esta parte: **A DIGNIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO MILITAR!**

Foi do Povo que provimos!

É para o Povo que nos dignamos!

Somo do Povo! Por isso tanto respeitamos o Povo!

nho que pensamos ter terminado. Não!

A manifestação do passado dia 10 de novembro, foi o dealbar de um caminho, tortuoso, sabemos que sim, mas que nos fará dormir de consciência tranquila porque nos



PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013

A AP - Associação de Praças como organização que representa os interesses das Praças das Forças Armadas, constata e manifesta o seu total desagrado por, mais uma vez, não ter sido ouvida em tempo útil para a elaboração do Projeto de Lei antes da sua entrega na Assembleia da República no passado dia 15 de Outubro.

Em termos gerais, a AP considera que o preconizado nesta proposta de Lei assenta novamente na violação de princípios essenciais do Estado Social, consagrados na Constituição da República: da irredutibilidade das remunerações, da igualdade, da confiança, da equidade social, entre outros.

Nesta Proposta de Lei encontram-se um conjunto de medidas que, a serem aplicadas, se traduzirão no aprofundamento da degradação das condições de vida dos militares e suas famílias em particular, e dos cidadãos em geral.

Por outro lado, foram medidas deste tipo, implementadas consecutivamente desde 2005, que nos conduziram à situação atual, com níveis de proteção social cada vez mais baixos, uma assistência na doença cada vez mais deficiente e uma degradação da situação económica cada vez mais acentuada, sem margem para que os militares possam planejar o seu futuro e o das suas famílias.

A seguir se indicam, de uma forma superficial, algumas das medidas propostas para o OE2013:

- Manutenção das reduções remuneratórias aplicadas desde 1 de janeiro de 2011 e suspensão do subsídio de férias;
- Pagamento do subsídio de Natal por duodécimos na remuneração mensal que será totalmente absorvido pelo aumento da carga fiscal (IRS);
- A alteração aos princípios consagrados no EMFAR para a graduação dos militares em RC e RV que se encontrem a frequentar a instrução complementar, retardando-a em 3 meses, prejudicando a captação já muito deficiente dos jovens para o serviço militar;
- Contribuição extraordinária de solidariedade entre 3,5% e 10% sobre as pensões de reforma de valor mensal entre 1.350,00€ e 3.750,00€;
- O subsídio de morte dos aposentados vai descer para um valor máximo correspondente a três indexantes de apoios sociais (IAS), ou seja, a 1.257 euros, contra os 2.515 euros anteriores;
- Revogação da norma transitória que permite até 2015 a passagem à reserva ao abrigo da alínea c) do Art.º 152º do EMFAR aos militares por ela abrangidos nomeadamente o nº 5 do Art.º 3º do Decreto-Lei nº 166/2005 de 23 de Setembro;
- Suspensão durante o ano de 2013 das passagens às situações de reserva ao abrigo da alínea b) do Art.º 152º do EMFAR;
- Alterações nas formulas de cálculo das pensões de reforma, provocando a sua desvalorização;
- Redução dos escalões do IRS de oito para cinco. Até sete mil euros, o valor a pagar será de 14,5%. Quem tiver rendimentos entre sete a 20 mil euros, a taxa sobe para 28,5%. Já quem reunir

entre 20 a 40 mil terá um IRS de 37%, que depois sobe para 45% para rendimentos entre 40 a 80 mil euros. O escalão mais elevado, a partir de 80 mil euros, terá uma taxa de 48%. Para estes rendimentos mais elevados mantém-se a taxa de solidariedade de 2,5%;

- Aplicação de uma sobretaxa de 4% em sede do IRS aos rendimentos superiores ao rendimento mínimo garantido. Este pagamento vai ser feito mensalmente ao longo do próximo ano, através da retenção na fonte pela entidade patronal;
- As deduções de despesas no IRS, com os empréstimos à habitação e com as rendas da casa vão ter limites mais baixos. Até aqui existia um valor máximo de 15% para os juros dos empréstimos da casa e de 591 euros para as rendas. Agora, os dois casos ficam limitados a 443 euros. São ainda esperados mais cortes nos tetos máximos nas deduções que se podem fazer com gastos de saúde, educação, entre outros;
- Vai ser aplicada uma taxa em ambos os subsídios de desemprego e de doença. No caso dos desempregados será de 6%. Já no subsídio de doença a taxa exigida será de 5%. O Governo garante que a medida "não prejudica a garantia do valor mínimo das prestações";
- O Imposto Único de Circulação (IUC) vai aumentar para todas as categorias de carros já a partir do próximo dia 1 de Janeiro. Nas viaturas com menor cilindrada e menos poluentes a subida do imposto é de 1,28%. Já os carros de alta cilindrada vão pagar mais 10% de IUC;
- O Governo decidiu não alterar as taxas moderadoras na saúde. Os valores que os utentes vão pagar pelos serviços de saúde vão ser atualizados apenas ao nível da inflação, que em setembro estava nos 2,9%;
- Revogação da Portaria que concede reduções tarifárias de 75% sobre o custo dos bilhetes nos transportes ferroviários a todos os militares excepto aos Deficientes das Forças Armadas das categorias de Oficiais e Sargentos. Fica claro que esta medida não só é altamente penalizante porque os militares estão sujeitos a uma mobilidade sem paralelo na sociedade e por isso agravará a sua situação financeiramente, como também é uma clara afronta à dignidade das Praças Deficientes das Forças Armadas, que como os outros, tudo deram nas missões em combate ao serviço da Nação.

Uma vez mais não podemos deixar de fazer referência ao processo de revisão das carreiras dos militares das Forças, situação que continua adiada no tempo sem que se vislumbre qualquer solução em tempo útil.

Na proposta de Lei para o Orçamento de Estado o governo apresentou medidas altamente gravosas para os militares das Forças Armadas, reforçando dessa forma a atitude desrespeitosa tida nos últimos anos para com a Lei 11/89 (Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar) violando claramente o estatuído na alínea i) do Art.º 2º.

QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE



Paulo Amaral
Vice-Presidente da Direção

SER OU NÃO SER...

apartidário - adjetivo

1. que não pertence a nenhum movimento partidário ou partido político;

2. que se revela imparcial; que não toma partido.

apolítico - adjetivo e nome masculino

1. que ou aquele que não tem ideias políticas ou as não manifesta.

Dicionário Porto Editora, versão on-line.

Os Militares têm sido, sistematicamente, vítimas de um dos maiores pensamentos dogmáticos sobre a forma como vivem e sentem as diversas realidades do País.

É consensual, nas mentes menos *experimentadas*, que aos Militares está vedado um dos direitos fundamentais em democracia: pensar e participar na vida pública.

E por "vida pública" considero o dia-a-dia do Povo, com os altos e baixos inerentes à condição de cidadania real a que estamos sujeitos.

Poder discutir a *coisa pública*, é um tema para o qual tenho tentado alertar todos os nossos Camaradas e a população em geral.

Porque não há Democracia sem Povo, e como prowenho dele, não me posso demitir do direito de participação na vida pública que é como quem

diz na Democracia participativa.

Não contem comigo para, apenas de 4 em 4 anos colocar o meu voto na urna; não é este o conceito de cidadania real e participativa que preconizo! Quero mais!

O significado de apolítico e apartidário, esclarece claramente o que posso ser e aquilo para o qual a minha condição de Militar me proíbe de fazer.

O número 2 do artigo 31 da Lei

de Defesa Nacional e das Forças Armadas diz que «os militares na efetividade de serviço são rigorosamente apartidários», ou seja, que não posso pertencer a nenhum partido político nem a qualquer movimento partidário. Isto é para mim claro e, embora compreenda que ao legislador não restou outra alternativa se não limitar as Forças Armadas à participação política, não aceito que me restrinja um direito em democracia que é o de poder ter opinião sobre a política que me governa.

Temos que, de uma vez por todas, afirmar apodicticamente que não somos tão vazios de conteúdo que não compreendemos o que nos é dito.

A minha paciência esgotou-se quando ouvi o ministro das finanças afirmar que, passo a citar, «os portugueses estão dispostos a fazer sacrifícios», o que me leva a gritar NÃO! Chega de me tratarem como um analfabeto que não sei o que estão a fazer! NÃO, não estou disposto a fazer mais sacrifícios e, daqui pergunto, quem autorizou o ministro Gaspar a falar por mim? Não quero mais ser considerado como «honrado e que aceito subservientemente ser roubado» daquilo que me pertence por direito!

Por isto, sempre defendi e continuo a defender que aos Militares deve ser dada a possibilidade de estarem de

pleno direito na cidadania real. Porque também existe outra forma de cidadania, a cidadania formal.

E a diferença entre a cidadania formal e cidadania real é que esta implica a abolição da exploração e, o que tenho vindo a assistir na sociedade portuguesa é que cada vez mais cidadãos se demitem de exercer o direito real de cidadania pelo facto de haver por parte dos decisores o intuito de dividir os portugueses, criando neles motivos para que deixem de participar ativamente na vida pública. Chamo a isto *dividir para reinar*.

E depois ouço alguns concidadãos dizer quando lhes perguntam o que pensam das medidas de austeridade «é difícil, mas não há outra alternativa...». E os sucessivos governos o que querem é isto mesmo: colocam uns quantos portugueses contra os outros para depois se chegar a esta conclusão de que não há alternativa.

Mas Camaradas, há alternativa! Assim nós queiramos!

Um conceito que gostaria de ver desmistificado na nossa condição militar, é sermos apolíticos.

Não posso nem devo ser inócuo ao ponto de não discutir a política que me (des)governa.

Política é a vida!

“Porque não há Democracia sem Povo, e como prowenho dele, não me posso demitir do direito de participação na vida pública que é como quem diz na Democracia participativa.”

Política é o preço do pão, do leite, da carne e do peixe, política é o custo que suporte pela educação e pela saúde da minha filha que, pasme-se, deveriam ser gratuitas como inscrito na Constituição da República Portuguesa.

Não posso nem devo ficar impávido e sereno e permitir que me tratem como ser «não pensante», que apenas cumpro ordens sem

nunca questionar o porquê das mesmas. Sem questionar o porquê das medidas de austeridade assentarem só, e apenas, sobre os mais desfavorecidos, os que menos podem que são os trabalhadores portugueses.

Não posso ficar sem questionar quem nos governa, o porquê da EDP, da GALP, da PT, da CGD, para falar apenas em empresas de setores estratégicos nacionais, continuarem a ter lucros desmesurados e em nada contribuírem para salvar a Nação da crise para a qual os sucessivos governos nos trouxeram, sendo que, a quem não deve ser assacada qualquer culpa nesta situação é à massa trabalhadora deste país que paga os serviços prestados por aquelas empresas bem caros.

Não posso nem devo ficar calado perante um dos maiores ataques ao Povo Português perpetrado por um primeiro ministro que, após anunciar mais um saque às economias dos trabalhadores foi divertir-se num espetáculo musical, provavelmente ouvindo e cantando o tema «os meninos à volta da fogueira», sendo que os meninos são os trabalhadores portugueses onde se incluem os Militares, e a fogueira são as medidas de austeridade por ele apresentadas.

Não quero ficar sentado à volta de uma «fogueira» que me queimará de forma implacável.

Não posso nem devo ficar sossegado, quando numa entrevista, o primeiro ministro diz ao jornalista que dorme pouco, mas tranquilo. Deduzo: tranquilo por saber, conscientemente, que está a castigar severamente quem trabalha, pois de outra forma teria pesadelos e não dormiria tranquilo como aqueles que trabalham e que veem de mês para mês o fruto do seu trabalho diminuir.

O que me apraz dizer sobre este «dormir tranquilo» do primeiro ministro tem muito a ver com as políticas predadoras que ele, sim ele, pois «decide pela sua própria cabeça» determina e manda publicar, não são medidas que sejam razoáveis do ponto de vista moral, nem tão pouco incentivadoras da economia nacional.

Do ponto de vista moral, porque todas as medidas que estão a ser levadas a cabo por este governo têm laivos de *Robin dos Bosques* ao contrário, ou seja, rouba aos pobres para dar aos ricos.

O facto de serem pouco, ou nada, incentivadoras da economia é por demais evidente que se tira dinheiro dos bolsos dos portugueses não se consegue revitalizar a economia.

Como é possível dizer-se que estas medidas de austeridade irão permitir revitalizar a economia e empregar mais trabalhadores quando esse facto está diretamente relacionado com o aumento da produção e, se os Portugueses terão menos dinheiro disponível para gastar na economia, obrigatoriamente o consumo baixará, as empresas produzirão menos e por conseguinte serão obrigadas a despedir. Ao contrário do que a criatura afirma...

Nas últimas semanas falou-se muito do aumento da Taxa Social Única(TSU)/Caixa Geral de Aposentações, medida que o governo deixou cair devido à força que o Povo tem. Foi por-

que o Povo Português se uniu e mostrou a sua força, que este aumento das contribuições para a segurança social, mais um roubo dos ordenados, caiu! Não posso aceitar que os comentadores encartados que discorrem nas televisões tenham dito que as manifestações do passado dia 15 de setembro que juntaram mais de um milhão de Portugueses, foram um claro não ao aumento das contribuições dos trabalhadores para a segurança social. Foram, mas não só!

Foram também um claro não às políticas que estão a ser seguidas e que empobrecem de forma clara o País e os Portugueses. Foram um redondo não à ingerência de entidades estrangeiras na vida do País, delapidando a nossa autonomia e identidade.

Foram um estrondoso não ao roubo dos subsídios de férias e de Natal neste ano, tendo sido considerados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, e que em 2013 voltam a ser considerados pelo governo mas agora de forma sub-reptícia e dissimulados.

Mas atenção. Daqui alerto todos os Camaradas que não podemos ficar descansados e contentes com este recuo

do governo, pois já foram anunciadas outras medidas de austeridade que, embora com nome diferente, vão originar o mesmo resultado: o esbulho dos ordenados dos Militares e por consequência dos trabalhadores Portugueses.

Não existirá TSU mas irá haver um aumento substancial nas tabelas do IRS através do aumento das tabelas de retenção na fonte. O que não nos vão tirar na TSU, vão roubar-nos no IRS. Ou que lhes aprover...

Vejamos. A diminuição do número de escalões do IRS, passam de 8 para 5, fará aumentar substancialmente a taxa a pagar por todos os trabalhadores. Ou seja, a tabela de IRS irá conter escalões com taxas que vão desde os 14,5% até aos 48% sendo já aplicadas em janeiro de 2013 através da retenção na fonte. A tudo isto acresce uma taxa de 4% que será retirada mensalmente.

Além de que para quem possua um crédito à habitação irá poder deduzir apenas 443 euros em 2013 em lugar dos 591 euros que deduzia até 31 de dezembro de 2012. Mais uma machadada nas parcas finanças das famílias portuguesas. Logo, em 2013 o vencimento líquido das famílias irá ser inferior ao que auferiam em 2012.

Se o que escrevi atrás é política, respondo veementemente que é! Mas tenho que ser assim. Sou apartidário mas não sou, nem quero ser, apolítico!

Sou digno quando me indigno!

Para os Militares a dignidade é um dos baluartes da sua condição. Mais nenhuma classe social tem tantos deveres e

“Para os Militares a dignidade é um dos baluartes da sua condição. Mais nenhuma classe social tem tantos deveres e tão poucos direitos como nós. Por isso, deixem-nos ser dignos quando nos indignamos!”

tão poucos direitos como nós. Por isso, deixem-nos ser dignos quando nos indignamos!

A condição militar não se coaduna com patranhas nem com manigâncias.

A minha condição de Militar não aceita mentiras e não permite que assista ao definir da Nação nem à usurpação dos direitos do Povo.

Não me posso esquecer, nem

fazer esquecer que nós, Militares, emanamos desse mesmo Povo e é por ele e para ele que a nossa condição se rege.

Foram os Militares, conjuntamente com o Povo que obtiveram estes direitos depois de uma ditadura que durou 48 anos. Foram conquistas sociais, que considero conquistas cívicas. A liberdade política contempla condições de vida materiais necessárias à sua realização: habitação, ensino gratuito, rendimento que permita reconstituir a força de trabalho, mas também divertir-se e cultivar-se; tempo livre para amar, refletir e criar; proteções contra as vicissitudes da vida.

O fosso existente entre as elites, o Povo e os Militares é cada vez mais notório. Este fosso ao aumentar está a incitar que em Portugal se invente um novo papel para os cidadãos e outro tipo de relação entre eleitos e eleitores. E aqui, tenho que admitir que os Militares terão, seguramente, uma palavra a dizer. E esse tempo é agora!

Não estou ao serviço de nenhum governo. Não estou ao serviço nem ao dispor de nenhuma classe neoliberal que me tem desgobernado ao longo de 36 anos.

ESTOU AO SERVIÇO DE PORTUGAL E DOS PORTUGUESES!

Serviço de fiscalização de praias

UNIFORMES DO PESSOAL DE REFORÇO AO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DAS PRAIAS

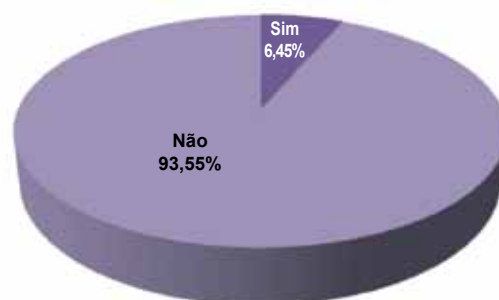
O fardamento adquiriu uma dimensão de tal ordem que fatores como a segurança, qualidade associada ao conforto, modernidade e a componente estética fazem dele hoje uma peça importante de um conjunto de fatores contribuintes de moralização dos militares e sobretudo de extrema importância para a componente operacional. É assim neste enquadramento que a Associação de Praças levou a efeito um inquérito sobre a implementação do novo uniforme do pessoal de reforço ao serviço de fiscalização das praias tendo sido inquiridos 175 militares que este ano efetuaram este serviço.

O objetivo deste inquérito visou atestar a implementação do uniforme e averiguar ainda as condições em que este serviço foi desenvolvido. Contribuíram com a sua opinião 135 militares, cujo resultado se publica:

1 Sabia da existência do Despacho do ALM. CEMA relativo Uniforme do Pessoal de Reforço ao Serviço de Fiscalização de Praias?



2 Fez uso do novo uniforme do Serviço de fiscalização de praias?



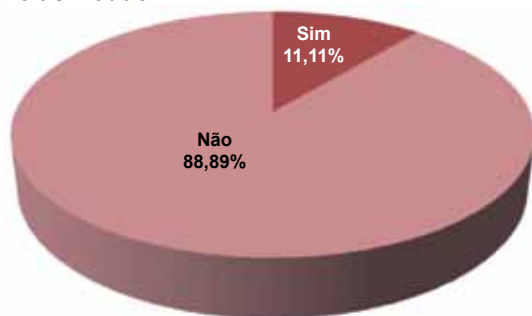
2A Se não fez uso do novo uniforme do serviço de fiscalização de praias, indique o motivo.



3 Em que dias fez uso do uniforme das praias?



4 Se apenas assinalou uma das hipóteses da pergunta anterior, diga se recebeu alguma diretiva da Capitania que determinasse essa exclusividade?

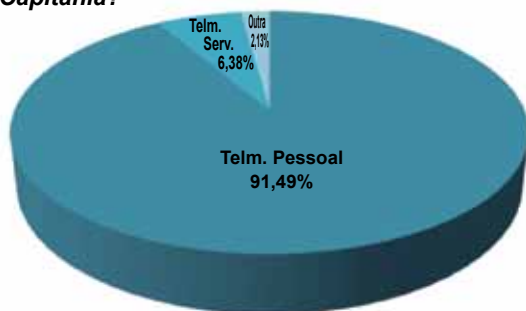


5 Concorda com as alterações propostas pela AP?

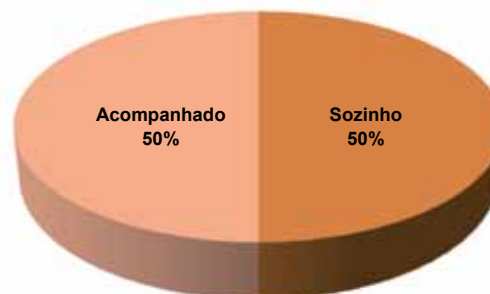
- ▶ “Cap” em substituição do Boné;
- ▶ Pólo de manga curta em substituição do Corpete;
- ▶ Calções;
- ▶ Meias “short” em substituição das meias até ao joelho;
- ▶ Ténis.



6 Como se processaram as comunicações de rotina ou em caso de necessidade com a Capitania?



7 Como foi feito o Serviço de Reforço de Fiscalização de Praias?



CONCLUSÕES

Visava o Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, nº 52/06, de 18 de Maio: o melhoramento progressivo das condições de trabalho, o aumento da motivação e da moral dos militares. Visava ainda a preocupação de melhorar os uniformes dos militares, procurando que estes cumpram o requisito de adequabilidade ao serviço. Essas necessidades identificadas potenciou a criação de um uniforme a usar pelo pessoal de reforço ao serviço de fiscalização das praias, de características ergonómicas mais compatíveis com a função a desempenhar, e que seja uma alternativa ao uso dos uniformes nº 5 ou nº 7. É reconhecido que o uso de calças não será o mais adequado para o exercício desta função.

Manifestamente e após análise dos resultados do inquérito constata-se:

Que metade dos inquiridos desconhecia a existência deste despacho, passados que são mais de 6 anos. A grande maioria dos militares não fez uso do referido uniforme, e destes, por opção própria, tendo sido maioritariamente justificado este facto pela falta de estética que o uniforme apresenta. De anotar também que uma boa percentagem dos inquiridos não fez uso do uniforme por indicação da respetiva Capitania. Outro fator relevante indica que os militares que fizeram uso do uniforme fizeram-no maioritariamente aos fins de semana. Contudo e apesar do despacho não determinar determinadamente os dias da semana para uso do uniforme, e bem, verifica-se que houve por parte de algumas capitánias diretivas que extrapolaram o próprio despacho. Até parece que só faz calor ao fim de semana.

Quanto à proposta de alteração do uniforme apresentada pela AP, mais de 93% dos inquiridos concorda com ela, revelando desta forma que a estética apresentada pelo atual uniforme não é um fator motivacional, funciona precisamente em sentido contrário.

Relativamente às condições no desempenho do serviço, ficou claro que quase a totalidade dos inquiridos utilizaram o seu telemóvel particular como meio de comunicação para o serviço. Situação inadmissível. Verifica-se ainda que metades dos militares desempenharam as funções sem acompanhamento. Por razões de segurança e de desempenho das funções será adequado rever este procedimento.





27 DE NOVEMBRO DE 2012

09H30

GALERIAS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assistir à Votação OE2013

15H00

ENTREGA OFÍCIOS

Tribunal Constitucional e Provedor de Justiça

18H00

VIGÍLIA

Residência oficial do Presidente da República
PALÁCIO DE BELÉM

